

# **PATRIMÔNIO CULTURAL E TURISMO: NOVAS TERRITORIALIDADES NO DISTRITO DE RINCÃO DA CRUZ EM PELOTAS/RS**

Marcelo Panis<sup>1</sup>

## **Resumo**

O presente trabalho tem como proposta contribuir no debate e aprofundamento dos estudos a respeito da relação entre patrimônio cultural e turismo. Para tanto o foco das discussões direcionam-se para o Distrito de Rincão da Cruz, no município de Pelotas/RS, no qual se verifica a marcante presença de descendentes de imigrantes europeus. Em se tratando do espaço rural e de uma região de ocupação colonial se estará abordando o patrimônio cultural rural sob a condição material, imaterial e natural, no sentido de discutir a totalidade do espaço. No aprofundamento das questões relacionadas ao turismo se discutirá o processo de refuncionalização do espaço para a demanda turística e de como esta relação pode constituir propostas de desenvolvimento local, a partir da perspectiva dos habitantes do lugar. No tocante a produção teórica, pretende-se realizar uma reflexão sobre patrimônio cultural e turismo em comunidades rurais, buscando contribuir estudos da ciência geográfica em relação à temática.

## **Palavras-chaves**

Espaço rural, Patrimônio cultural rural, Turismo, Refuncionalização.

## **Resumen**

El actual trabajo tiene como oferta a contribuir en la discusión y profundizar de los estudios con respecto a la relación entre el patrimonio cultural y el turismo. Para de tal manera el foco de las peleas dirigen para el Distrito de Rincão da Cruz, en la ciudad de Pelotas/RS, en el cual es verificada la presencia marcante de los descendientes de inmigrantes

---

<sup>1</sup> Mestrando da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP e Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. E-mail: [panis@ige.unicamp.br](mailto:panis@ige.unicamp.br)

Europeos. En sí mismo que trata al espacio rural y a una región de la ocupación colonial se será en el acercarse el patrimonio cultural rural bajo condición material, inmaterial y natural, en la dirección para discutir la totalidad del espacio. En profundizar de las preguntas se relacionó con el turismo que el proceso del refuncionalização del espacio para la demanda turística será discutido y de como esta relación puede constituir ofertas del desarrollo local, de la perspectiva de los habitantes del lugar. En respeto a la producción teórica, se piensa para llevar con una reflexión en patrimonio cultural y el turismo en las comunidades rurales, el buscar para contribuir estudios de la ciencia geográfica en lo referente el temático.

### **Palabras clave**

Espacio rural, Patrimonio cultural rural, Turismo, Refuncionalización.

### **Introdução**

Inicialmente, tendo presente o conjunto do conteúdo e do objeto de estudo que estará sendo abordado neste trabalho, o espaço colonial do município de Pelotas, em especial o Distrito de Rincão da Cruz, torna-se importante e necessário delimitar o que será considerado como rural, de forma a estabelecer os parâmetros de abordagem que dêem conta de se chegar aos objetivos firmados pra este estudo.

O espaço é uma categoria importante na análise geográfica. Santos (1999, p. 63), dentre suas diversas publicações, afirma que o espaço é formado por um *“conjunto indissociável, solidário e contraditório, de sistema de objetos e sistema de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”*. Mas, esta é uma definição genérica do espaço, que se aplica ao urbano ou rural, ou seja, varia segundo a escala de análise.

Assim, num esforço de delimitar o foco da discussão, será considerado espaço rural levando-se em conta uma série de elementos. Inicialmente, pela presença de funções produtivas específicas, como agricultura e agroindústria, que são atividades que se mantêm mesmo com a inserção de outras atividades econômicas nestes lugares; uma menor densidade demográfica, ou seja, menor ocupação humana da totalidade territorial;

uma delimitação político administrativa, o que significa que não diz respeito apenas à atividade produtiva, mas, também, a questão dos impostos e políticas municipais; é, ainda, o espaço que conta com a menor artificialização dos ecossistemas locais; e, finalmente, a marca da cultura local, como sendo um elemento de distinção do grupo social em relação a outros grupos, com suas representações simbólicas e do patrimônio cultural que identificam e são identificados, histórica e socialmente, como pertencentes a um ruralidade. Neste caso, uma região de colonização européia, em especial descendentes de italianos e alemães, de economia produtiva familiar e que mantém elementos simbólicos da cultura material e imaterial.

Assim, com base neste conjunto de elementos, entende-se que o espaço rural representa o conjunto das formas construídas entre a paisagem social e natural, em uma única paisagem culturalmente produzida, por meio da marcante presença da cultura e da técnica, no qual se pode evidenciar a presença de elementos materiais e simbólicos, que denotam traços identitários ao lugar (FROHLICH, 2004).

É necessário ressaltar, no entanto, que por meio da ação da cultura contemporânea, muitos são os elementos culturais urbanos que se disseminam no lugar, sendo absorvidos e incorporados à cultura local formando o que Canclini (1995) denominou como uma *"identidade multicultural"*, ou tornando-se o que Santos (1999) designou como sendo um *"espaço híbrido"*.

Outro elemento que está relacionado ao debate é o aspecto a respeito do movimento e da ação do capitalismo contemporâneo. Neste período o espaço rural tende à tecnificação da produção agrícola, por imposição dos padrões do mercado, sobretudo, na perspectiva da comercialização com o mercado externo. Nesta medida, muitos agricultores e habitantes do espaço rural, que não conseguem acompanhar as exigências e mudanças dos padrões produtivos do mercado, tendem a buscar outras atividades produtivas ou promover novas funções as propriedade, no que diz respeito a geração de ganhos, o que indica que o rural vem adquirindo novos contornos produtivos, multifuncionais (PANIS, 2007). Significa, também, que um novo fenômeno passa a ocorrer no espaço rural, o que Sacco dos Anjos e Caldas (2004) analisaram como sendo o êxodo agrícola e não mais um êxodo rural, no qual muitas vezes abandona-se a atividade agrícola, mas não se abandona o campo.

Estes elementos até o momento abordados, somados com a oferta da paisagem natural, que é abundante no rural, à presença de patrimônio material construído, como elementos constitutivos da paisagem, e à necessidade de gerar ganhos ao grupo familiar, engendram na refuncionalização do espaço ingredientes necessários para a promoção de atividades de turismo e lazer no espaço rural. Esta afirmação se sustenta uma vez que as atividades turísticas tornaram-se, segundo apontam o Ministério do Turismo (2006) e pesquisadores como Cruz (2001) e Ouriques (2005), um dos maiores mercados em movimentação de capital nas últimas décadas.

Não se pode deixar de citar o que Paes-Luchiari (2006, p. 49) assinala quando afirma que *“turismo, patrimônio cultural e qualidade ambiental seriam os novos ingredientes na atribuição de novos sentidos à paisagem urbana”*, o que indica que há um movimento das pessoas, do campo e da cidade, de reencantamento com a natureza. Entretanto, o espaço rural, tem sido destino de muitos viajantes, ou mesmo de pessoas de regiões próximas, que buscam lugares para descanso e lazer, o que indica que a estes lugares, cada vez mais, esta busca pela natureza se aplica a estes lugares, que, como já foi dito, possuem potenciais turísticos e de lazer, que, inclusive, algumas vezes, são explorados apenas individualmente por seus detentores. Contudo, não há, em muitos casos, uma organização no sentido de planejar e pensar a gestão destes recursos de forma a potencializar o turismo como um circuito na região.

Nesta perspectiva, observa-se que o espaço rural vem adquirindo novas funções, ou, refuncionalizando suas formas-conteúdos e paisagem cultural.

Cabe ressaltar que as comunidades rurais, como no caso da região colonial<sup>2</sup> do município de Pelotas/RS, de maneira especial o Distrito de Rincão da Cruz, ocupadas por imigrantes europeus não-portugueses e seus descendentes<sup>3</sup>, possuem a marcante presença de patrimônio cultural, aqui entendido como sendo: patrimônio material, representando as formas construídas e perpetuadas na paisagem, constituindo uma herança no arranjo espacial do lugar; patrimônio imaterial, como sendo o produto

---

<sup>2</sup> Está-se usando o termo *região colonial* para distinguir que nem todo o espaço rural do município teve sua ocupação por imigrantes, apenas uma parcela dele, que representa a área de transição entre a *Planície Litorânea* e a *Serra dos Tapes*, área caracteristicamente de morfologia acidentada.

<sup>3</sup> Está-se fazendo esta ressalva uma vez que o município de Pelotas, bem como a região sul do estado do Rio Grande do Sul, possui como característica a presença marcante de imigrantes portugueses, açorianos e espanhóis.

intelectual, as técnicas, a religiosidade, o conhecimento acumulado e reproduzido, elementos da cultura que são reproduzidos pelos habitantes locais, representando um conjunto simbólico e identitário; e, patrimônio natural, representado por elementos da natureza socializada e transformada por meio da aplicação técnica das comunidades locais, que alteram o arranjo espacial segundo às necessidades de sua reprodução. Nesta medida, estes componentes do patrimônio cultural representam a memória e a paisagem, impregnada de elementos simbólicos e identitários da cultura local.

Para se chegar, entretanto, à relação entre a presença do patrimônio cultural e a criação de novas territorialidades turísticas no espaço rural, torna-se necessário fazer um breve apanhado a respeito do próprio entendimento, neste trabalho, sobre o patrimônio.

### *O patrimônio cultural como representação da cultura e do lugar*

Os bens materiais e imateriais que hoje representam e constituem uma longa lista do patrimônio cultural simbolizam a expressão de momentos e eventos históricos que ocorreram, no campo e na cidade. Entretanto, muito mais do que a antiguidade dos bens é necessário que sejam reconhecidos pelo seu valor singular pela sociedade para que se torne oficialmente um patrimônio e se justifique sua conservação e preservação como representante cultural<sup>4</sup>. Cabe, reforçar estas idéias com que Maria Cecília Londres Fonseca (1997, p. 11) destacou a respeito da constituição de bens em patrimônio, quando afirma que

A constituição de patrimônios históricos e artísticos é uma prática característica dos Estados modernos que, através de determinados agentes, e com base em instrumentos jurídicos específicos, delimitam um conjunto de bens no espaço público. Pelo valor que lhes é atribuído, enquanto manifestações culturais e enquanto símbolos de nação, esses bens passam a ser merecedores de proteção, visando a sua transmissão para gerações futuras. (FONSECA, 1997, p. 11)

Assim, a transformação de um bem em patrimônio representa uma proposição normativa em transformar este valor que é atribuído sob a forma de proteção específica,

---

<sup>4</sup> Cabe salientar aqui que entendemos que o conceito de *patrimônio cultural* engloba todas as adjetivações comumente usadas para designar o patrimônio tais como histórico, arquitetônico, arqueológico, natural, entre outros. No entanto, apesar de todas essas adjetivações, ele continua a nos remeter à idéia de uma construção social e de herança, ou seja, algo do passado que permanece até a atualidade.

de forma a preservar estes fragmentos de cultura. Evidentemente sendo um produto histórico, socialmente produzido, o patrimônio representa a acumulação dos tempos e eventos que se consolidaram no espaço, por tanto, além de um reconhecimento oficial, muitas vezes, o patrimônio também recebe um reconhecimento social, não possuindo uma norma para sua salvaguarda.

Neste sentido, Canclini (1994, p. 96) contribui com este conjunto de idéias quando afirma que o patrimônio cultural *“expressa a solidariedade que une os que compartilham um conjunto de bens e práticas que os identifica, mas também costuma ser um lugar de cumplicidade social”*.

Em se tratando da abordagem da identidade e do simbólico, que une as pessoas em torno da proteção do patrimônio cultural e o que este pode representar, Bortoncello (2000, p. 2) referencia o patrimônio como sendo o acervo de uma sociedade, *“el conjunto de bienes acumulados por tradición o herencia, común al conjunto de los individuos que constituyen esa sociedad”*. Isto significa, da mesma forma, que as pessoas se identificam com este *“conjunto de bens”*, de forma que estes representam e reforçam a identidade da sociedade local e um sentimento de pertença ao lugar.

Entretanto, cabe ressaltar, que a proteção oficial do patrimônio cultural no espaço rural ainda é bastante deficitária. Na zona rural de Pelotas, por exemplo, existe apenas um levantamento de alguns bens materiais por conta dos trabalhos do Terceiro Plano Diretor no município, de um grupo de trabalho que se debruçou sobre o território rural para uma série de levantamentos, sendo assim, apenas de uma parcela do patrimônio existente no espaço rural é conhecida, mas não há nenhuma política específica de salvaguarda deste patrimônio.

Compete lembra que enquanto patrimônio cultural rural, também, existem poucos trabalhos. André Argollo Ferrão (2007, p. 94) referencia sobre este assunto que

Os antigos casarões e senzalas, colônias e casas de trabalhadores dispersas construídas com técnicas tradicionais da arquitetura rural ou com materiais e técnicas alternativas de construção, toda arquitetura vernacular, antigas capelas rurais, antigos engenhos e casas de máquinas, o próprio maquinário desativado, antigos equipamentos de produção e energia (monjolo, rodas d'água, etc), elementos e sistemas estruturais antigos (pontes, diques, barragens, etc.), o espaço físico destinado às manifestações culturais locais (praças, terreiros, largos, vilarejos, etc). (FERRÃO, 2007, p. 94)

Nesta medida, também baseado na afirmação de Argollo Ferrão, pode-se delimitar que o patrimônio cultural rural, como no caso dos imigrantes no Distrito de Rincão da Cruz, é representado pelos elementos construídos e naturais, pelo uso da técnica, dos costumes, das crenças e o saber dos habitantes destes lugares, dentre outros elementos.

Assim, para fins deste trabalho, o patrimônio cultural rural, constituído pela presença dos imigrantes italianos e alemães da região colonial de Pelotas, é representado pela arquitetura e a paisagem rural, os costumes e tradições italianas e alemãs, que representam o conjunto do arranjo espacial, como casas de pedra, moinhos, cantinas de vinho, ferramentas de trabalho, dentre outros; e da reprodução social cotidiana como a religiosidade, técnicas de trabalho, a produção do vinho, práticas de lazer a festas religiosas, entre outros elementos de destaque.

#### *O turismo e a refuncionalização do espaço rural*

Aprofundar a relação das atividades de turismo com o patrimônio cultural é um elemento cada vez mais importante nas pesquisas das ciências humanas, neste caso, em especial, a partir da ciência geográfica.

No que diz respeito ao patrimônio cultural porque este tem recebido crescentemente programas de valorização, seja por iniciativa e interesse dos investidores privados que vêem nele potencial de uso, seja por conta do turismo, seja por conta de publicidade por investimentos na área cultural.

No que concerne ao turismo alguns elementos são importantes de destacar no porquê esta atividade passa a ganhar importância tanto no cenário dos mais variados estudos no meio acadêmico quanto para o próprio mercado.

Num primeiro momento isso se deve ao fato de que o turismo se tornou, nas últimas décadas, uma das atividades com maior fluxo de capital, serviços, informação (marketing) e mercadorias (OURIQUES, 2005; MTUR, 2006). Sendo esta uma atividade em plena ascensão no mercado mundial tende a se expandir e chegar aos mais longínquos lugares, não importa se uma pequena cidade ou uma comunidade rural, desde que possuam algum atrativo cultural ou natural que passe a ser divulgado ou vendido como destino

turístico ou se torne um destino de viajantes individuais que passaram a divulgar estes lugares.

Não se pode deixar de destacar que este processo deveu-se, em muito, ao aumento e a melhoria das condições dos sistemas logísticos como transporte e comunicação, possibilitando um melhor acesso aos lugares, virtualmente por meio do marketing, e fisicamente pela melhoria e ampliação de todo um conjunto técnico, o que Santos (1999) nomeou como “*tecnosfera*”, entendido como todo um conjunto técnico disponibilizado para atender às demandas das atividades turísticas: estradas, infraestrutura, hotéis e todo tipo de serviços que são investimentos públicos para as demandas das empresas privadas, como é o caso dos recursos do Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR<sup>5</sup>.

Um segundo aspecto é devido às transformações ocorridas no espaço rural ocorrido nas últimas décadas, por meio da tecnificação da produção e o direcionamento do mercado às exportações inserindo-se em um mercado mais competitivo, no qual a agricultura convencional, a agricultura familiar e camponesa não tem capacidade de investimentos e de resposta ao mercado globalizado com a agricultura intensiva. Nesta medida, ampliados pelo processo de globalização e pelas melhorias técnicas nos sistemas de transporte e comunicação, os fluxos de capital, mercadorias, pessoas e informações, antes um fenômeno tradicionalmente urbano, passam a exigir do espaço rural uma dinâmica compatível à velocidade dos fluxos urbanos, alterando a forma como os habitantes do rural compreendem seu próprio espaço.

Finalmente, um terceiro aspecto que se deve destacar, é a crescente busca, por parte dos habitantes do espaço urbanos, de um maior contato com o “*verde*”, um movimento de reencantamento pela natureza<sup>6</sup>, abrindo precedente, de um lado, a possibilidade das famílias rurais ampliarem a renda familiar com a ocupação dos membros da família com atividades de turismo e lazer, e, de outro lado, a busca por espaços de

---

<sup>5</sup> Cruz (2001) analisa o alto grau de investimento de dinheiro público, por meio do PRODETUR/NE para criação de infra-estrutura turística nas praias do nordeste brasileiro nas quais, *à posteriori*, acabam sendo de uso privativo pelos grupos empreendedores do turismo que constroem *resorts* de alto luxo, passando a ser inacessíveis à população local.

<sup>6</sup> Este processo é fruto de todo um movimento ambientalista, principalmente a partir da década de 1970, fortalecido por discursos, campanhas e o marketing global de organizações da sociedade civil, governos e empresas sobre preservação, reciclagem, desenvolvimento sustentável, dentre outros aspectos.



turismo e lazer, junto às comunidades rurais, que pode, da mesma forma, representar uma estratégia de *“mercantilização das paisagens naturais”* (PAES-LUCHIARI, 2002, p. 25) pelo capital. Evidentemente não se pode deixar de destacar, também, que o campo tem sido o destino de muitos habitantes da cidade como lugar de segunda residência, ou seja, um espaço para descanso de finais de semana ou férias.

Este processo de mercantilização se dá pela seleção e valorização das paisagens naturais, por meio do argumento da conservação e preservação dos ecossistemas naturais na construção do desenvolvimento (sustentável) local e qualidade de vida, mas na realidade servem, em muitos casos, para serem reservas de mercado, transformados em novas territorialidades turísticas, ou outras funções comerciais, podendo tornarem-se espaços de segregação sócio-espacial. Reforçando este aspecto, em outro trabalho, Paes-Luchiari (2002, p. 509) analisa que a seletividade é *“a dinamização do turismo no território brasileiro, positiva em muitos aspectos, acentuou, contudo, um desenvolvimento socioeconômico seletivo, tanto na escala local como na escala regional”*.

Este se torna um aspecto relevante para a análise, porque esta relativa preocupação dos representantes e reprodutores das idéias capitalistas com relação à natureza e sua preservação representada por campanhas governamentais, pelo marketing de empresas ecologicamente corretas e socialmente responsáveis e pela influência dos meios de comunicação, permite produzir uma relação imagética da natureza, tornada em belas paisagens, muitas vezes apenas cenários que escondem uma realidade nas quais estes elementos naturais tornam-se recurso, mercadorias, no qual o espaço passa a ser a vitrine onde se demonstram produtos naturais, lugares para a (re)produção da mercadoria natureza e onde os grupos sociais acabam por se tornar os consumidores destes recursos mercantilizáveis. Em alguns casos, apesar de serem vendidos como paisagens e destinos turísticos, são lugares de beleza ímpar, mas que não são acessíveis aos habitantes locais pelos altos custos de uso do espaço por conta do turismo.

Quando estes espaços, com oferta de natureza exuberante, passam a compor um recurso do capital para exploração do mercado significa que desencadeia-se um processo que Paes-Luchiari (2000) nomeou como *“mitificação dos lugares”*, no qual estes espaços tendem a ser comercializados, vendidos como mercadoria turística, em alguns casos, fazendo com que as territorialidades dos lugares deixem de pertencer às populações

locais, ou tenham seu acesso restrito, até mesmo, aos ecossistemas que outrora destinavam-se ao convívio cotidiano dos habitantes locais<sup>7</sup>. Além desse elemento, estes lugares estão destinados à receberem a visita de pessoas estranhas à cultura local, processo que além de constituir uma nova territorialidade turística pode interferir na dinâmica e na cultura local, fazendo com que os habitantes locais não sintam mais o lugar como seu, mas apenas como destino para os turistas e visitantes.

Não se pode deixar de fazer uma ressalva de que, em se tratando da abordagem que está-se fazendo referência, nem todos os lugares são turísticos. Cruz (2001) analisa que os lugares tornam-se turísticos à medida que recebem visitantes eventuais, solitários ou não. Soma-se a esta idéia a consideração de Knafou (1996) de que o turista é a primeira fonte de turistificação dos lugares. Neste sentido, mesmo que se verifiquem atrativos paisagísticos culturais e naturais, que possam ser considerados como atrativos turísticos, é necessário que haja o reconhecimento destes lugares pelos viajantes e turistas.

Percebe-se, entre outros, que este reconhecimento dos lugares turísticos (no espaço rural) por conta daqueles que buscam estes espaços, se dá, de um lado, por conta do que Almeida e Riedl (2000) descreveram como sendo um *“fenômeno social”*, no sentido de que as pessoas buscam uma fuga do urbano, para ter um maior contato com o “verde”, com a natureza e os espaços abertos, lugares de recreação, descanso físico e mental e, ainda, contato com outras culturas. De outro lado, Vieira e Oliveira (2000) analisam que o turismo também é um *“fenômeno psicológico”*, porque a é da natureza humana a necessidade de saídas temporárias de forma a fugir da monotonia.

Esta busca do diferente vai ao encontro com o que Urry (1996) ponderava quando argumenta que o olhar do turista, das pessoas em viagem, é direcionado para os aspectos da paisagem, no campo ou na cidade, separando-o da realidade de todos os dias, em busca de novas paisagens como forma de fazer novas experiências que este não encontra no seu cotidiano.

---

<sup>7</sup> No território brasileiro são inúmeros os exemplos em que se verifica esta realidade como: Canela e Gramado/RS, Bonito/MS, Florianópolis/SC, as praia do norte e sudeste, onde as populações ribeirinhas e caiçaras foram sendo expulsas de seus lugares para dar espaço a empreendimentos turísticos, dentre outros, no qual se pode visualizar esta realidade.

No entendimento destes argumentos leva-se a pensar que a região colonial do município de Pelotas, localizada na metade sul do Estado do Rio Grande do Sul, *figura 01*, região com marcante presença de imigrantes italianos e alemães<sup>8</sup>, há potencial para a refuncionalização do patrimônio material construído e natural, para a promoção de atividades de turismo e lazer.



**Figura 01:** Representação do Estado do Rio Grande do Sul localizando o município de Pelotas.

**Fonte:** Prefeitura Municipal de Pelotas

Evidentemente, compreende-se que o turismo é uma atividade complexa, ou seja, influência todos os aspectos que compõem a totalidade do espaço, tais como cultura, política, ambiente natural, social, econômico, dentre outros. Entretanto, verifica-se, em geral, que tanto para àqueles que buscam destinos turísticos como àqueles que promovem atividades relacionadas, têm em vista apenas o aspecto econômico, uma relação de ganho apenas sem haver a preocupação com o aspecto cultural, da importância do patrimônio, da cultura ou da realidade que este espaço encerra.

---

<sup>8</sup> O livro tombo da Paróquia de Sant'Anna, da Colônia Maciel – Distrito de Rincão da Cruz, registra a fundação da igreja, e o início da instalação da colônia dos imigrantes italianos, em 1884. Entretanto, nesta comunidade não há registro dos imigrantes alemães.

Nesta medida, verifica-se a necessidade de discutir a relação entre o patrimônio, presente nos lugares, resultado da acumulação histórico-social e a promoção das atividades de turismo e lazer, compreendendo as características e conseqüências deste processo, neste caso, acontecendo numa região colonial do espaço rural de Pelotas.

### **O patrimônio cultural rural e as novas territorialidades turísticas**

A presença do patrimônio cultural no espaço rural, conforme dito anteriormente, torna-se um potencial para a promoção das atividades de turismo, inclusive, tem se tornado uma realidade cada vez mais presente a estes espaços.

No que tange à relação entre turismo e patrimônio Bortoncello (2004, p. 2) analisa que *“los lugares que cuentan con un acervo patrimonial se convierten, por esta característica, en potenciales lugares turísticos. Queda definida así una ‘vocación turística’ del lugar, que solo requiere ser activada por procesos de gestión turística para su desarrollo”* (grifo do autor).

Assim, a refuncionalização do patrimônio cultural para o turismo em comunidades rurais é um aspecto que merece atenção aos estudos e pesquisas. Um primeiro elemento porque o conjunto dos objetos, as formas constitutivas da paisagem material que perdem sua funcionalidade original tendem a ser substituídas por novas *“formas-conteúdos”* (SANTOS, 1999). Quer dizer que estas formas não são apenas elementos da paisagem, mas são formas com funções sócias específicas.

Nesta medida, o patrimônio material construído nas comunidades rurais tende a adquirir novas funcionalidades, novos conteúdos, que possibilitará continuar existindo no espaço, do contrário, se estas velhas formas não adquirirem novas funções, serão substituídas para dar lugar a novas formas-conteúdos, para suprir demandas específicas do lugar, especialmente demandas econômicas.

No tocante ao patrimônio cultural rural existente na região colonial de Pelotas, verifica-se sua presença sob a forma de *patrimônio material construído*, representado por casas de pedra, moinhos, pontes antigas, o túnel do trem da antiga linha férrea, instrumentos de trabalho e de lazer, dentre outros, todos construídos pelos primeiros

imigrantes e seus descendentes. Destaque, também, para os elementos do *patrimônio imaterial*, dos quais pode-se destacar a culinária, as técnicas de trabalho, a prática religiosa, a produção do vinho, dentre outros traços da cultura, que ainda são reproduzidos pelos descendentes destes imigrantes. E, da mesma forma, destacam-se os elementos da exuberante natureza, do *patrimônio natural* da região, na qual verifica-se a existência de cachoeiras e inúmeros cursos d'água, florestas, uma considerável diversidade flora e fauna, dentre outros elementos<sup>9</sup>.

Este conjunto de elementos referenciados, componentes do patrimônio cultural rural identificados no distrito de Rincão da Cruz, representam lugares propensos à refuncionalização para a atividade turística, marcadamente entre o patrimônio material e natural. Da mesma forma, aspectos da cultura imaterial, reproduzida pelos imigrantes denotam traços identitários do lugar, os quais podem representar atrativos àqueles que buscam conhecer elementos culturais representativos dos imigrantes na prática cotidiana do trabalho, religião, festas e culinária. Isto não significa que estes traços identitários estão intocados, ao contrário, representam uma herança que se alterou com o tempo, que se fundiu com elementos modernos criando uma nova identidade social, mas que guardam aspectos os quais possibilitam visualizar as práticas dos antepassados.

A *figura 02* permite visualizar a localização do Distrito de Rincão da Cruz, bem como permite um panorama geral da organização político-espacial, na forma como o município está dividido. Ainda, é possível perceber que o distrito dispõe de uma acessibilidade por meio de estrada pavimentada, BR 392, o que facilita aos visitantes condições propícias para visitação aos lugares divulgados.

---

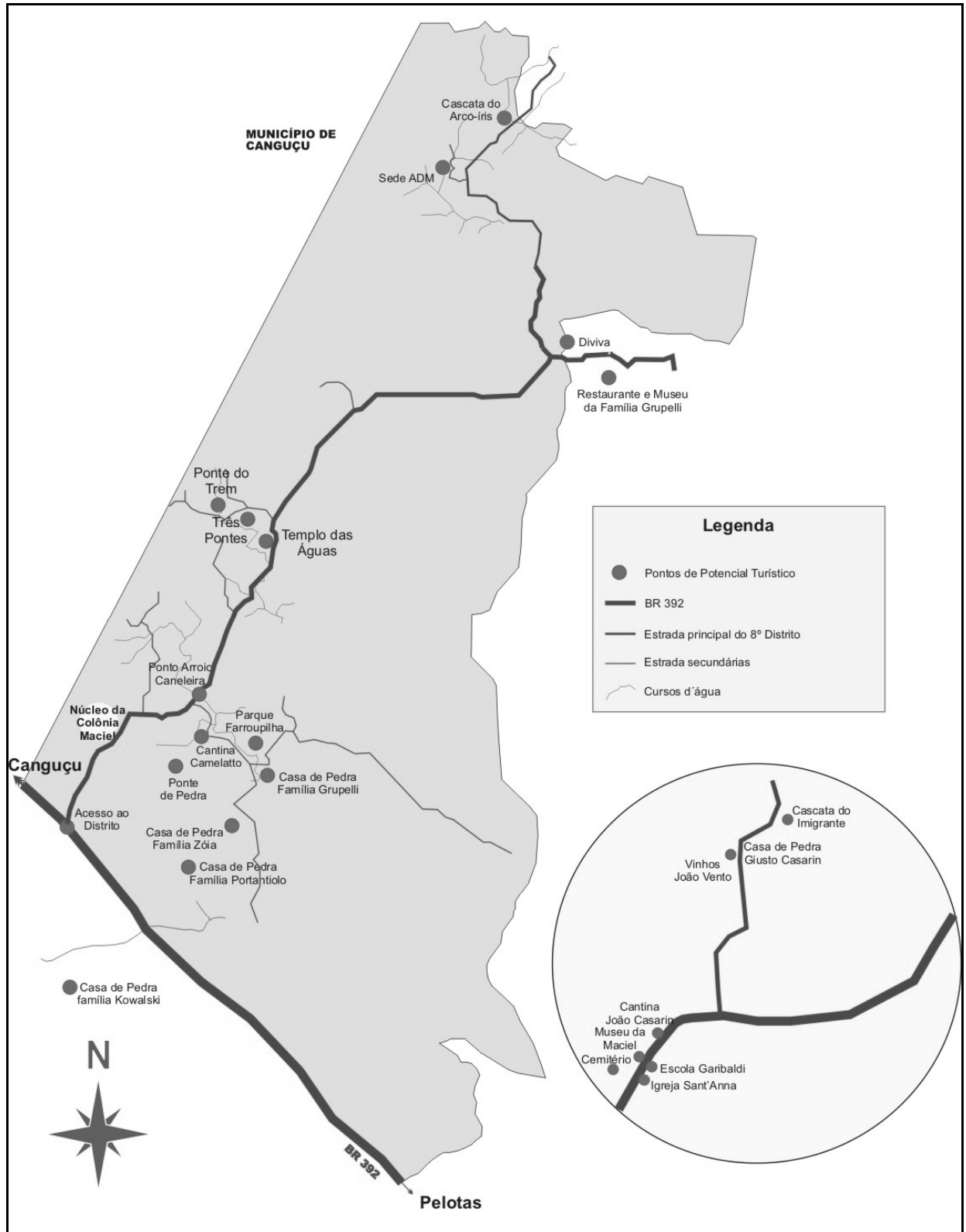
<sup>9</sup> Cabe ressaltar que na perspectiva do desenvolvimento do turismo na região é que a comunidade organizada, por meio de projetos de pesquisa e extensão da Universidade Federal de Pelotas – UFPEL, implantou, em 2006, o Museu Etnográfico da Colônia Maciel – MECOM, com objetivos de preservar a memória histórica da comunidade italiana pelotense; desenvolver de atividades culturais e educativas por meio de projetos de educa o patrimonial e ambiental; e, colaborar com o desenvolvimento econ mico, ao estimular o turismo cultural.



**Figura 02:** Representação do Município e localização do Distrito de Rincão da Cruz

**Fonte:** Autor, 2007

A representação da localização de diversos destes elementos do patrimônio cultural, os quais estão sendo tratados neste trabalho como pontos potenciais de refuncionalização para uso das atividades turísticas, podem ser visualizados na *figura 03*.



**Figura 03:** Representação do Distrito De Rincão da Cruz com pontos localizados com GPS

**Fonte:** Autor, 2007

A possibilidade de refuncionalização do patrimônio material construído, o uso racional dos recursos naturais existentes, bem como, o uso do patrimônio imaterial como atrativo à região, colocam-se, de um lado, como uma proposta de desenvolvimento das atividades de cunho turístico e de lazer, de forma a divulgar e preservar o patrimônio cultural da região. De outro lado, acordando com a afirmação de Campanhola e Graziano da Silva (2000), coloca-se como uma alternativa de ganhos complementares às comunidades rurais que podem combinar o desenvolvimento de atividades agrícolas com o turismo ou, mesmo, serem abastecedoras de produtos coloniais para consumo dos visitantes, pois muitas pessoas visitam o espaço rural, não apenas, pela oferta de elementos naturais, mas, também, para consumir e adquirir produtos rurais na origem.

Não há como deixar de ressaltar e concordar com Cifelli (2005) quando afirma que as referências materiais, ou seja, o patrimônio material construído, de um lado, são historicamente constituídos e, de outro lado, culturalmente valorizadas, fazendo com que os atributos do patrimônio cultural rural denotem a singularidade ao lugar, por meio de relações, nem sempre, harmônicas. Isto porque a territorialidade do lugar passa a sofrer influência de uma nova territorialidade, que é turística, que também, representam a construção de relações de poder, sendo que algumas vezes são territorialidades que se contrapõem, não se buscando o consenso, mas sim o poder hegemônico.

Este debate é importante, uma vez que se está analisando uma possibilidade da promoção do turismo de forma que este represente uma atividade desenvolvida pelos habitantes do próprio lugar, neste caso na perspectiva do rural, a partir das horizontalidades, nas quais os agentes envolvidos sejam locais. Esta perspectiva supõe que os habitantes do espaço rural sejam os promotores das atividades em suas propriedades, na sua região, organizada e planejadamente, de maneira que possam gerir os resultados, ao âmbito da organização local.

O turismo, como abordado anteriormente, é uma atividade complexa, pois envolve todos os elementos do lugar. Entretanto, analiticamente, sob o viés econômico, tende a ser uma atividade de investimentos e lucros privados, restando à esfera pública, em geral, fornecer obras de infra-estrutura e manutenção de equipamentos que, na maioria dos casos, os habitantes do lugar são excluídos da possibilidade de uso ou têm seu acesso



restrito a estes (CRUZ, 2001). Ainda, a instalação de um complexo turístico em determinado local, segundo nos alerta Moretti e Rodrigues (2001), sempre vem acompanhada dos discursos da geração de trabalho e renda, um discurso desenvolvimentista, mas nos quais os ganhos ficam com o capital privado.

Assim, percebe-se que propostas de promover o turismo a partir dos habitantes do lugar é uma realidade pouco comum, visto que a tendência é sempre que os lucros permaneçam nas mãos do menor número de pessoas. Apesar disso, verifica-se que é possível organizar outra matriz para a promoção das atividades de turismo e lazer, na qual um maior número de pessoas participe dos resultados, e não apenas sejam prestadores de serviço às empresas de turismo, ou mesmo apenas promotores, mas que também possam usufruir dos espaços.

Na região colonial de Pelotas, por exemplo, alguns habitantes que possuem pontos potenciais de turismo organizaram-se em um grupo para pensar e planejar ações no sentido de desenvolver o turismo e melhorar a divulgação de seus atrativos na região. O grupo denomina-se GASSETUR - Grupo Associativo de Empreendedores em Turismo Rural, que reúne atualmente 13 empreendedores que atuam nas áreas de hospedagem, alimentação, cultura, lazer, arte e educação ambiental<sup>10</sup>. Organizaram-se no objetivo de promover e incrementar o turismo sustentável na zona rural de Pelotas, propiciando melhoria na qualidade de vida dos residentes da Colônia, movimentando a economia e diversificando o lazer oferecido para o município de Pelotas e Região<sup>11</sup>.

Esta diferenciação em promover atividades de turismo a partir dos próprios habitantes do lugar, não estando diretamente ligadas às empresas ou que a atividade não venha a ser de domínio exclusivo destas, direciona ao entendimento para que, apesar de ser vista como uma atividade econômica, o turismo não desencadeie um processo de segregação sócio-espacial, segundo o que Paes-Luchiari (2006) analisa quando, em alguns casos, é visto como uma possibilidade de desenvolvimento econômico aos territórios de diversas escalas e, muitas vezes, submete a população local às ordens externas, até mesmo, desarticulando as culturas tradicionais.

---

<sup>10</sup> [www.pelotascalonial.com.br](http://www.pelotascalonial.com.br) acesso em 30/04/2008.

<sup>11</sup> Importante colocar que este grupo não se organiza por distrito, não pertence a um distrito especificamente, mas, sim, por empreendimentos vinculados a atividades turísticas, dessa forma, o grupo está presente em vários distritos, inclusive no Distrito de Rincão da Cruz.

Há que se ressaltar que não se está afirmando aqui que a cultura e os lugares não devam se modificar no tempo e no espaço, pois se estaria negando um princípio dialético da condição espaço-temporal das sociedades. O que se está afirmando é o cuidado que as culturas locais devem ter na incorporação de novos elementos culturais ou, mesmo, em não abrir mão de seus elementos identitários e simbólicos por conta de um marketing do mercado global que pressupõe a lucratividade e a homogeneidade de padrões culturais.

A abordagem da identidade e do simbólico são debates importantes quando o assunto tratado é o patrimônio cultural. Sendo o patrimônio, conforme já analisado em Bortoncello (2002), um conjunto de bens que identifica o conjunto dos indivíduos que compõe uma sociedade, significa que as pessoas se identificam com este conjunto de bens, de forma que estes representam e reforçam a identidade da sociedade local e um sentimento de pertença ao lugar.

Não se pode deixar de ressaltar que as empresas, considerando o turismo apenas como uma atividade econômica e apropriando-se do patrimônio, procuraram inferir custo de consumo a este, diferente do valor cultural-simbólico que possui para os habitantes do lugar. Este é outro elemento que justifica as tentativas de promover o turismo a partir dos próprios habitantes das comunidades, o que, de certa forma, parece ser uma tarefa menos dispendiosa no espaço rural, onde as relações de identificação entre as pessoas, a cultura e os símbolos locais compreendem um maior conhecimento mútuo.

Assim, a possibilidade de criar um circuito cultural e turístico no Distrito de Rincão da Cruz, podendo se expandir para outros espaços da região colonial de Pelotas, teria importância no sentido de permitir que os habitantes do lugar sejam diretamente beneficiados pelos ganhos desta atividade e, ainda, podendo divulgar sua herança cultural, sendo este um elemento a mais no sentido da preservação do patrimônio e da memória colonial.

## **Bibliografia**

- ALMEIDA, J. A.; REIDL, M. (orgs) **Turismo Rural: Ecologia, Lazer e Desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000. 264 p.
- ARGOLLO FERRÃO, A. M. Arquitetura rural e o espaço não urbano. **Labor&Engenho**, Campinas, ano I, nº 1, p. 89-110, março 2007.
- BORTONCELLO, R. Patrimonio y territorio. Claves a partir de la valorización turística. In: **III Jornadas Interdepartamentales de Geografía de Universidades Nacionales**. Tucuman, octubre, Buenos Aires: Mimeo, 2004
- CANCLINI, N. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: EDUFRJ, 1995.
- \_\_\_\_\_. G. O patrimônio cultural e a construções imaginárias do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília, n. 23, p. 95-111, 1994.
- CAMPANHOLA, C. e GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural Brasileiro**. Jaguariúna: Embrapa, v. 4, 2000, 176 p.
- CIFELLI, G. **Turismo, patrimônio e novas territorialidades em Ouro Preto – MG**. Campinas: UNICAMP, SP, 2005. (Dissertação de Mestrado)
- CRUZ, R. de C. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2001, 167 p.
- FROEHLICH, J. M. **A (re)construção de identidades e tradições: o rural como tema e cenário**. In: FROEHLICH, J. M.; DIESEL, V. (orgs). *Espaço rural e desenvolvimento regional*, Ijuí: EDUNIJUÍ, 2004. 312 p.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997. 316 p.
- KNAFOU, R. **Turismo e território. Por uma abordagem científica do turismo**. In: RODRIGUES, A. A. B. (org.) *Turismo e geografia – Reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 62 – 74.
- MORETTI, E. C. RODRIGUES, A. M. Atividade turística e transformação territorial: discurso e ação do estado no Pantanal-MS. In: GERARDI, L.H.O . e MENDES, I. A . M. (Orgs.) **Teoria, Técnicas, Espaços e Atividades: temas da Geografia contemporânea**. Rio Claro: AGETEO, 2001, p. 269-271.
- OURIQUES, H. R. **A produção do Turismo: fetichismo e dependência**. Campinas: Alínea, 2005, 159 p.

MTUR - Ministério do Turismo. **Estatísticas Básicas do Turismo – Brasil**. Brasília, Agosto 2006, 31 p.

PAES-LUCHIARI, M. T. D. **A Mercantilização das paisagens naturais**. In: *Enfoques contemporâneos do lúdico: III Ciclos de debates lazer e motricidade*. Campinas: SP, 2002, p. 25 - 41. (Coleção educação física e esportes)

\_\_\_\_\_. Turismo e território: sustentabilidade para quem? In: BARRETO, M.; HOGAN, D. J.; BERQUIÓ, E.; COSTA, H. S. M. (Eds.). **Population and Environment in Brazil: Rio + 10**. Campinas: CNPD/ABEP/NEPO, 2002b.

\_\_\_\_\_. **Centros históricos – mercantilização e territorialidades do patrimônio cultural urbano** In: *GEOgraphia*, Revista de pós-graduação em Geografia, N. 15, UFF/Rio de Janeiro, 2006.

PANIS, M. **O Turismo no perspectiva da multifuncionalidade do espaço rural: O caso do Distrito de Rincão da Cruz – Pelotas/RS**. Pelotas: UFPEL, 2007, 118 p. (Monografia de Conclusão de Curso)

SACCO DO ANJOS, F.; CALDAS, N. V. Pluriatividade e ruralidade: falsas premissas e falsos dilemas. In: CAMPANHOLA, C. e GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural Brasileiro: novas ruralidades e urbanização**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, v. 7, 2004, p. 72 – 105.

SANTOS, M. **A natureza do Espaço: Espaço e tempo, razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1999. 392 p.

URRY, J. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Nobel, 1996.

VIEIRA, M. L.; OLIVEIRA, L. de. **Imagem Turística**. *Geografia*. Rio Claro: UNESP, n.01, v.25, abr., 2000.